

A MULHER NO LIVRO DIDÁTICO: representações de gênero em *Historia do Brasil* (1932), de Maria Paes de Barros

WOMEN IN SCHOOLBOOKS: gender representations in *Historia do Brasil* (1932), by Maria Paes de Barros

Júlia Rabahie¹

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de analisar as representações das mulheres e das relações de gênero na obra didática *Historia do Brasil* (1932), de Maria Paes de Barros. Nascida na elite paulistana em 1851, a autora esteve à frente de organizações filantrópicas em São Paulo, e atuou como professora no início do século XX. Parto de questionamentos sobre os significados de autoria feminina para a representação das mulheres em obras didáticas, em que analiso as narrativas e descrições feitas por Maria Paes de Barros em seu livro sobre as mulheres e as relações de gênero em âmbitos específicos: na família indígena e na conquista e colonização do território brasileiro; na atuação política de rainhas e princesas europeias nos tempos coloniais; e nas relações entre mulheres negras e brancas nas cidades em transformação na época do Império. Nesse sentido, *Historia do Brasil* se destaca da maioria das obras didáticas publicadas nas primeiras décadas do século XX, muito focadas na construção teleológica e progressiva da nação por meio dos feitos de homens públicos e exemplares. Para tanto, Paes de Barros traz à tona os sujeitos femininos na construção do país, ainda que como componentes de cenas em que os protagonistas eram os homens com verdadeiro poder de ação.

Palavras-chave: Maria Paes de Barros; Livro didático; Representações de gênero; Representações femininas; Autoria feminina.

ABSTRACT: This article analyzes representations of women and gender relations in the schoolbook *Historia do Brasil*, by Maria Paes de Barros. Born in the midst of the São Paulo elite in 1851, she was at the head of philanthropic organizations in São Paulo, and worked as well as a teacher at the beginning of the 20th century. Pondering about the meanings of female authorship for the representation of women in schoolbooks, I analyzed Maria Paes de Barros' narratives and descriptions about women and their role in the indigenous family, as in the conquest and colonization of Brazilian territory; the European queens and princesses and their political roles in colonial times; and the relationships between black and white women in growing cities during the Empire. *Historia do Brasil* stands out from the majority of schoolbooks of the first decades of the 20th century, which were very focused on the teleological and progressive construction of the civilized nation through the deeds of public and exemplary men. Female subjects are brought to the fore by the author in her book, albeit as components of scenes in which the protagonists were men, with true power of action.

¹ Mestra e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Possui bacharelado (2017) e licenciatura (2018) em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: julia.rabahie@usp.br

Keywords: maria paes de barros; schoolbook; gender representation; female representation; Female authorship.

INTRODUÇÃO

A relação entre as mulheres e a escrita da história há décadas é objeto de investigação de pesquisadoras e teóricas feministas que elaboram questões sobre as condições materiais da prática e sobre a importância da perspectiva de gênero na construção do conhecimento. Tais pesquisas também chamam a atenção para o silêncio que, por muitos anos, ressoou na historiografia sobre as mulheres historiadoras. Para além do campo historiográfico, olhar para o caráter de gênero que compõe as obras didáticas pode ser muito revelador das relações de gênero ao longo do tempo. A partir do século XIX até meados do XX, algumas mulheres foram autoras de manuais didáticos no Brasil, na qual escreveram sobre a história do país com a intenção pedagógica de ensinar às futuras gerações. É o caso da paulistana Maria Paes de Barros. Destarte, este artigo tem o objetivo de analisar como as relações de gênero e as mulheres são representadas no livro *Historia do Brasil*, publicado em 1932.

Nascida em 1851, a autora pertencia à elite paulistana, sendo a filha mais velha do comendador Luís Antônio de Souza Barros e de dona Felicíssima Campos Barros. A riqueza de sua família vinha da exportação agrícola das fazendas de cana de açúcar e café de seu pai, o comendador Barros, que atuou também na Câmara de São Paulo. Já o marido (e primo) da autora, Antônio Paes de Barros, foi senador da República. Em *No tempo de dantes*, livro de memórias de sua infância e adolescência, Maria Paes de Barros narrou a vida em família entre a cidade de São Paulo, onde morava, e as temporadas rurais nas fazendas de seu pai. A publicação da obra aconteceu em 1944, pela editora Brasiliense, com prefácio de Monteiro Lobato. *Historia do Brasil*, por sua vez, fora publicada alguns anos antes, quando a autora tinha 81 anos de idade, em 1932, e vivia de maneira bastante distinta daquela relatada em seu livro de memórias. Nos últimos anos de vida, já viúva e sem fortuna familiar, ela atuou como sócia diretora na Maternidade de São Paulo e como professora em uma escola presbiteriana (Barros, 1998).

É importante sublinhar que na sociedade brasileira da virada do século, as mulheres e homens habitantes do país viviam experiências gendradas específicas daquele contexto histórico, isto é, estruturadas por concepções e práticas do que significava ser mulher e ser homem naquela determinada sociedade. Diferentes marcadores, incluindo os de raça e de classe, tiverem papel fundamental nas construções de tais concepções, como veremos adiante. Nesse sentido, procurei partir do pressuposto de que as relações de gênero, historicamente definidas, não se referem apenas às características e funções sociais, mas são responsáveis pela distribuição de poder nas sociedades (Scott, 1995). Aqui, o foco recairá sobre as representações de gênero feitas por uma mulher branca que nasceu e viveu boa parte de sua vida no seio da elite paulistana em meio a uma sociedade escravista.

LIVROS DIDÁTICOS ESCRITOS POR MULHERES E *HISTORIA DO BRASIL*

Por sua natureza, o manual didático demanda análise e reflexão metodológicas próprias. Se o Ensino de História pode ser entendido como saber de fronteira entre a História e a Educação (Monteiro, Penna, 2011), o livro didático, como fonte histórica, deve ser entendido como instrumento complexo em suas múltiplas funções e contextos de usos, apropriações, públicos e

intenções (Choppin, 2012). Além disso, como objeto de análise, o manual didático também faz parte da história das disciplinas escolares, compondo um espaço escolar em que há a produção de um saber específico, e não a mera reprodução ou transposição de conhecimentos externos à escola. Assim, o livro didático é componente da cultura escolar, específica em sua origem, configuração e modos de difusão (Chervel, 1990).

No Brasil, os livros escolares produzidos por escritores nacionais passaram a circular no final da década de 1820, quando houve o fim do monopólio da impressão régia. De acordo com Schueler e Teixeira (2008), essa “primeira geração” de autores (aproximadamente entre 1827 e 1880) foi responsável pela elaboração de manuais com caráter moral, patriótico e recheado com a preocupação sobre a fundação da nacionalidade e a construção do Estado. A historiadora Circe Bittencourt (2004) identifica esses intelectuais escritores como integrantes de um grupo vinculado ao poder do Estado, pertencentes às elites políticas e culturais, além de instituições científicas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A partir da segunda metade dos oitocentos, as editoras particulares instalavam-se no Brasil, sobretudo com o direito de produzir e circular o livro didático, transformando-o em mercadoria inserido na lógica capitalista (Bittencourt, 1993).

Com a virada do século e as intensas transformações demográficas, sociais e políticas que envolviam as cidades nas primeiras décadas republicanas, os manuais escolares mantiveram o modo catequético do humanismo clássico das práticas do aprender, decorando as causas e efeitos imediatos dos acontecimentos provocados pelos importantes chefes e representantes do Estado ou da Igreja, ou então dos grandes proprietários (Bittencourt, 2018, p. 137). Na nova sociedade, república, civilização e progresso eram conceitos fundamentais a serem trabalhados no ensino de História.

O ensino de História da Pátria ou História regional nas escolas primárias, após a instauração do regime republicano, integrou os novos programas curriculares com o objetivo explícito de sedimentar uma identidade nacional capaz de justificar o predomínio de uma política oligárquica sobre uma população composta por ex-escravos, indígenas e mestiços despossuídos de bens e de propriedades. Diante de uma sociedade em processo de mudanças quanto às concepções de trabalho, o ensino de História do Brasil passou a ter como objetivo principal formar alunos sob os princípios limitados de cidadania e continuou a selecionar os “grandes homens” provenientes de uma elite predestinada da Nação. [...] Muitos homens e algumas poucas mulheres (Bittencourt, 2018, p. 137).

Nesse contexto das primeiras décadas do século XX, a atuação docente e o conhecimento sobre a realidade dos alunos passaram a serem valorizados na prática de criação de materiais usados na escola. A produção de textos escolares pelos professores primários e secundários foi, então, cada vez mais incentivada pelos poderes públicos e pelo mercado editorial em expansão (Teixeira, 2010). A formulação de uma obra didática seria uma tarefa patriótica digna das mais altas figuras brasileiras – em sua grandessíssima maioria, homens do poder. Porém, com o passar do tempo, o número limitado de obras escritas por autores famosos fez com que outros sujeitos pudessem fazer parte do grupo credenciado para tal empreitada: os professores e professoras foram considerados sujeitos capazes e autorizados para esta produção (Teixeira, 2010).

Assim, autoras mulheres de livros didáticos, inseridas em uma sociedade na qual as regras e padrões narrativos de escrita e os trâmites de publicação eram chancelados por homens de letras — como é o caso da sociedade brasileira nos primeiros anos da República — passaram a ser uma realidade, além de adequarem-se a tais moldes estabelecidos. Como afirmou a historiadora Jeane de Melo, isso diz menos sobre as relações sociais de gênero e mais sobre os paradigmas gerais da escrita sobre a história, que deveriam ser seguidos de maneira uniforme para que as obras escolares pudessem ser adotadas e consumidas pelo público (Melo, 2023, p. 385). Uma história baseada nos grandes homens e nos feitos sucessivos rumo à civilização era o paradigma que deveria ser ensinado, como sinal de patriotismo e construção de uma nova nação, agora republicana. Em

História do Brasil, Maria Paes de Barros mostra-se a par dessas referências, dividindo e nomeando os capítulos por conquistas e batalhas levadas a cabo por homens notáveis no território brasileiro. O conhecimento histórico a ser aprendido e ensinado era composto por uma sucessão temporal de acontecimentos que eram tão autoexplicativos como evidentes (Melo, 2023, p. 385). Na obra, grande é o destaque dado ao período colonial, que ocupa mais da metade do livro, assim como a atuação de governantes no Império, com descrições, por vezes, detalhadas de princesas e rainhas, ainda que por meio das características emocionais e morais dessas mulheres, como veremos mais à frente.

Há uma série de condições para que a escrita de uma obra histórica seja concretizada. É necessária a possibilidade de acesso aos documentos relativos ao objeto de estudo visado, assim como uma vida social fértil o suficiente para que a autora possa elaborar perguntas e observar o funcionamento dos círculos sociais à sua volta. Além disso, é preciso também o acesso às convenções da escrita, suas regras de organização e de expressão e, no contexto do século XIX e início do XX, quando objetos da história se referem majoritariamente à política e à religião, torna-se basilar que haja o interesse pela escrita desses temas. A historiadora Natalie Zemon-Davis (2006) preconizou tais elementos para que a mulher erudita, a *femme savante*, se constituísse como tal em seu tempo histórico. Maria Paes de Barros foi uma mulher erudita que se enquadrava nessas condições, uma vez que publicou *História do Brasil* na condição de idosa, cuja obra compunha-se de 643 páginas, compiladas de uma bibliografia de compêndios e fontes secundárias de história política, em português, francês e alemão.

MULHERES INDÍGENAS E RELAÇÕES DE PARENTESCO

As mulheres aparecem pela primeira vez em *História do Brasil* no terceiro capítulo intitulado “A terra e os seus habitantes”. Nele, a autora — depois de nas duas primeiras partes da obra ter descrito o caráter corajoso e ambicioso dos navegantes portugueses que primeiro pisaram na costa brasileira — se debruça sobre o modo de vida nômade, a divisão sexual das tarefas e a hierarquia, sobretudo das relações de gênero dentro das famílias indígenas. Os grupos indígenas do território são divididos pela autora nas grandes categorias de Tupis, Guaranis e Tapuias². Com efeito, Paes de Barros referia-se a todos eles, de maneira geral, que os “índios brasileiros pareciam, como nos diz Caminha, bons homens, de bons corpos, fortes e sadios” (Barros, 1932, p. 21). Quando a narrativa se volta para as mulheres, sua importância na sociedade e na família indígena é ressaltada. A caça e a pesca eram funções dos homens, e a coleta de frutos e ervas, assim como o preparo da comida, eram tarefas femininas. Nas ocas, as famílias indígenas davam exemplo de ordem, paz e harmonia, segundo ela, e a mulher ocupava um lugar de deferência entre os homens, numa lógica que mesclava o trabalho feminino e as honras definidas pelas relações de gênero naquele contexto.

Porém ainda mais notável é o respeito e deferência com que era tratada a mulher. Trazia o marido os mais bellos adornos, e, entre elles, o collar de dentes, symbolo de suas Victorias, para ornamento da esposa; tinham na mais alta conta a sua fidelidade; em sua honra celebravam festas nas quaes competia ás mulheres distribuir as bebedas. Eram ellas consultadas em suas empresas, e sempre ouvidos seus conselhos, ás vezes mesmo de

² A diversidade de grupos e etnias indígenas brasileiros foi reduzida a classificações e identificações por parte dos portugueses que, desde o contato, procuraram estabelecer distinções com o objetivo da colonização. Grande parte do conhecimento que os historiadores têm desses grupos no século XVI nos chegou através de descrições etnocêntricas de cronistas e missionários que, em geral, dividiram os indígenas em dois grandes grupos: aliados dos portugueses e inimigos – tupis e tapuias, que pouco se atentavam para as interrelações históricas, culturais e de trocas desses grupos, assim como suas especificidades (Ver Almeida, M. R. C.. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010).

preferencia aos do Pagé. Se vinham a soffrer algum insucesso não tendo ouvido os seus conselhos julgavam logo ser isso a causa da desgraça. Era também ouvida a sua opinião nas piovas de destreza e valentia, assim como, ácerca da coragem nas torturas com que se preparava o mancebo para merecer a categoria de guerreiro, o seu voto decidia a questão. Eram elas que lançavam a semente na terra; o marido lavrava os campos. Por todos os modos, ocupava assim a mulher o primeiro lugar na vida do selvagem (Barros, 1932, p. 22).

As honras descritas recebidas pelas mulheres eram todas aquelas feitas pelo homem guerreiro ou líder de família, a partir de uma lógica de convivência familiar muito parecida com aquelas afinadas às sociabilidades burguesas ocidentais a partir do século XIX, coevas à autora da obra. Nos últimos anos, foram bastante debatidos pela historiografia especializada em história indígena os problemas das fontes referentes aos povos originários, das perguntas colocadas a essas fontes pelos historiadores e da metodologia para interpretá-las.

Grande parte do que por muitos anos foi entendido e narrado como modo de vida e organização social dos indígenas (desde o século XVI) vem de fontes europeias produzidas ao longo do processo de contato e colonização do território americano. Para além de narrativas e visões carregadas de estereótipos e de mundo civilizatório na produção do Outro, aparece também, nesses relatos, a subjetividade europeia com ideias próprias de uma sociedade e tempo específico, sendo tomadas como padrão de humanidade universal.

O início do século XX no Brasil, quando foi escrito e publicado o livro de Maria Paes de Barros, sublinhava um momento em que a mulher ocupava uma posição importante na consolidação da família nuclear moderna: a “nova mãe” era a figura responsável pela saúde das crianças, do marido e pela higiene do lar. A casa era o lugar privilegiado onde se formaria o caráter das crianças e a nova força de trabalho que construiria a República (Rago, 1985, p. 79-80). Nesse sentido, a família tinha seus papéis de gênero definidos, isto é, a mulher empenhada na reprodução social e atuante no âmbito privado³, e o homem como chefe de família e líder-provedor, participante da esfera pública, por meio do trabalho ou da política de fato.

Pesquisas consolidadas sobre os povos indígenas habitantes do território brasileiro, no período colonial, inscrevem como as relações de gênero se desenhavam de maneira específica em cada sociedade e povo, incluindo a divisão sexual de tarefas, relações de família, parentesco e maternidade, além da atuação política, modificada ao longo do tempo, e do contato com os brancos. Ainda que, na época colonial, fosse possível vislumbrar papéis sociais estabelecidos a partir do gênero nessas sociedades indígenas, eles eram distintos daqueles europeus. Essas diferenças foram descritas, muitas vezes, inclusive em fontes não indígenas. Entre os Tupinambás, por exemplo, as relações de parentesco foram narradas como pouco rígidas, por Jean de Léry, pastor calvinista que esteve em uma expedição protestante francesa no Brasil em 1557, e que consta na bibliografia de Paes de Barros. Segundo ele, não havia cerimônia de casamento entre esse povo nem promessa recíproca de indissolubilidade: o marido podia expulsar a mulher de casa e vice-versa, e a poligamia, entre os bravos guerreiros, era símbolo de prestígio (Raminelli, 2015, p. 19).

Em *Historia do Brasil*, as mulheres indígenas do período colonial são descritas majoritariamente em termos do tratamento recebido pelos homens indígenas: ocupavam um lugar de afecção e respeito, mas também sabiam respeitar o lugar de *patriarca* de seus maridos:

³ Essa divisão entre mulheres e homens, nos espaços públicos e privados, se dava no discurso hegemonicó burguês da imprensa, dos juristas e dos médicos, e dizia respeito à realidade de apenas uma parcela das mulheres habitantes das cidades, aquelas abastadas. As mulheres negras, escravizadas, pobres e descendentes de escravizadas, por exemplo, circulavam e trabalhavam fora do ambiente privado desde tempos coloniais.

As mulheres prestavam toda a obediência a seus maridos, em quem viam os patriarchas e representantes da família; mas reinava entre eles a mais profunda e duradoura affeição. Temos muitos exemplos do amor e dedicação com que os indios tratavam suas mulheres, porém verdadeiramente commovente era o amor e enlevo dos paes para com seus filhos (Barros, 1932, p. 23).

O termo *patriarca* é usado por Maria Paes de Barros como referência aos homens chefes de família, aludindo principalmente ao poder desse membro familiar no âmbito privado, mas também para além dele. A autora, na segunda metade de sua vida, foi bastante ativa na esfera pública paulistana, atuando como sócia-diretora da Maternidade de São Paulo desde o início do século, e também em outras instituições filantrópicas, como o Hospital Samaritano. No início do século XX, a filantropia era um dos modos de ação política das mulheres de elite das cidades em crescimento e transformação (Rabahie, 2023). Como ideal feminino, ela se construiu por meio da valorização da ciência e do progresso, mas também por meio do apelo que a figura da mulher abastada caridosa possuía para lidar com a pobreza, a educação e a saúde nas cidades. Às mulheres da elite, tal atuação possibilitava uma margem de ação política bastante grande, sem que, no entanto, precisassem romper completamente com atributos de gênero, já que o cuidado com a saúde e a educação eram sensibilidades entendidas como eminentemente femininas (Rabahie, 2023, p. 155). Com efeito, a valorização da mulher na esfera pública e privada, em que a mãe era a responsável pelo lar, compunha o *ethos* do qual fazia parte Maria Paes de Barros na cidade de São Paulo.

Em seu tempo histórico, ela firmava uma posição de salientar a importância da mulher na família e na sociedade, ao prezar por sua saúde e educação. Nesse sentido, é notável nas suas descrições em *Historia do Brasil* sobre a relação entre marido e mulher, nas famílias indígenas, a importância atribuída ao papel feminino exercido nesse âmbito: as mulheres indígenas recebiam atenção, respeito e aféição de seus maridos, eram bem tratadas e ouvidas, pois “Dão os índios bom tratamento as mulheres, sem nunca as molestar com pancadas e nem com brigas deshonestas” (Barros, 1932, p. 23).

Historia do Brasil, como livro didático, tinha intenções e funções específicas. Ciente das operações narrativas necessárias para a produção e circulação de uma obra do tipo, a autora se inseria dentro do rol de autores da História escolar, encarregada de “inventar tradições” (Bittencourt, 2008, p. 137) entre as novas gerações. Paes de Barros escreveu sobre os indígenas usando os relatos europeus e brancos disponíveis em seu universo cultural de então, seguindo o entendimento de História segundo o qual a civilização foi trazida ao território brasileiro pelos ventos e homens europeus. Porém, ao descrever não apenas os corpos, vestimentas e costumes da vida das mulheres indígenas, lançou luz também às relações de gênero. Outrossim, a vida privada e a atuação na esfera pública da tomada de decisões naquelas sociedades denotam que a mulher era ouvida e respeitada, ainda que obedecesse a um *patriarca* na família. O interessante aqui não é tanto o quanto essas descrições estão atinadas com a realidade histórica dos grupos indígenas brasileiros, mas sim o lugar que a mulher recebe nas descrições da autora sobre o contato e a colonização: obediente, mas de fundamental importância. Como obra didática, seu livro buscava construir e fazer apreender esse lugar nos corações e mentes das novas gerações, habitantes e construtoras da nova sociedade republicana.

EXPLORAÇÃO COLONIAL: CORPOS E TERRITÓRIOS

Para além de suas famílias, as mulheres indígenas aparecem como fator chave nas narrativas de Maria Paes de Barros sobre a empresa colonial, a conquista e a manutenção de territórios. Quando conta sobre as dificuldades no estabelecimento da Capitania de Pernambuco pelo governador Duarte Coelho, no século XVI, a autora aponta os indígenas como um dos obstáculos que tiveram de ser superados então pelos portugueses. Ela afirma, com tino

administrativo, que Duarte Coelho “tentou até certo ponto realizar união entre as raças, promovendo casamentos entre sua gente e as mulheres indígenas”. Tal iniciativa não teve êxito por conta, segundo Paes de Barros, da “necessidade imperiosa” de braços para a lavoura, o que obrigava o governador a ir buscar escravos entre os indígenas que, por sua vez, ocasionavam conflitos e frustravam os planos de aliança por meio do matrimônio entre as raças (Barros, 1932, p. 48).

Mais à frente na obra, quando aborda o governo geral de Diogo Botelho e sua campanha contra os indígenas Aymorés na Bahia, é trazido mais uma vez à tona o combate travado pelos indígenas na resistência à presença portuguesa no território. Descritos como “descendentes de Tapuias”, são caracterizados como os povos mais ferozes e terríveis do Brasil. “Não construíam habitações; andavam nus e assim se deitavam para dormir na floresta. [...] Eram terríveis cannibales, já nem tanto por vingança de inimigos como para habitualmente saciar a fome” (1932, p. 135). Na primeira década do século XVII, esses indígenas, segundo a autora, empenharam-se em uma “onda devastadora” que assolava as capitaniás, avançando em direção à capital e trazendo pânico aos colonos. O elemento que teria revertido esse cenário, enfim, foi uma mulher Aymoré que fora raptada juntamente com uma companheira, que morreu depois do rapto, por um abastado português, Álvaro Rodrigues. Ele a trouxe para casa e a “domesticou”. Segundo o relato usado por Paes de Barros, quando foi dada à mulher raptada a possibilidade de voltar para sua aldeia, ela recusou, por ter se afeiçoado a sua nova vida. Foi assim que Rodrigues pensou na possibilidade de usá-la como instrumento na promoção da paz com os Aymorés. A pacificação desse grupo indígena na Bahia ocorreu, segundo o livro, aos poucos, depois desse episódio.

Prestou-se ella promptamente a secundal-o e pondo-se num lugar onde era provável que os patrícios a ouvissem nas florestas, começou a chamal-os á alta voz, referindo o bom tratamento que da parte dos portuguezes encontrara, e dizendo que queriam elles ser amigos dos Aymorés e tornal-os participantes das boas cousas que possuíam. Feito isto, depunha mantimentos no chão, instrumentos de ferro, e as bugiarias que mais deviam agradar ao barbaro, e voltava. [...] Alguns parentes daquella mulher deixaram afinal persuadir-se a irem a S. Salvador, e os presentes que ali receberam, e as maravilhas que na volta contaram, induziram outros cincuenta a visitarem o commandante (Barros, 1932, p. 132).

Os relatos acima, na Bahia e em Pernambuco, narram o processo de conquista e colonização de maneira bastante teleológica, com episódios que se desenrolam em direção a um fim dado, necessário, e mais civilizado – rumo ao que seria depois a nação brasileira. O corpo e a sexualidade das mulheres indígenas como elementos chave da exploração colonial também aparecem, mas quase nas entrelinhas. Ainda assim, se os guerreiros indígenas que se espalhavam pela costa baiana resistindo à presença portuguesa aparecem nesses relatos, as mulheres Aymorés também marcam presença, inseridas em relações de violência e opressão: raptadas, violentadas, abusadas e “aculturadas”⁴. Essas relações de violência não aparecem necessariamente descritas como tal, mas sim como um passo necessário em direção à pacificação e à garantia do território, pois foram justamente elas que, segundo os relatos apresentados em *Historia do Brasil*, garantiram a pacificação do território contra os indígenas.

A apropriação do novo mundo e dos corpos das mulheres nos territórios coloniais estiveram ligadas na América e na África desde o século XVI. A historiadora Jennifer Morgan (1997) mostrou como a expansão colonial e o escravismo, apesar de serem fenômenos que datam

⁴ Nas últimas décadas, o termo “aculturação” foi duramente criticado por historiadores e antropólogos por desconsiderar a agência dos povos colonizados no processo de contato e colonização. O termo transculturação, então, é um termo que passou a ser bastante usado para designar o fenômeno da zona de contato que se refere às apropriações dos materiais nativos pelos europeus, mas também à maneira pela qual os coloniais se apropriam dos estilos imperiais (Machado, 2000).

da Antiguidade, foram reestruturados a partir do século XVI para formularem e codificarem sociedades inteiras e como, nesse processo, a mulher foi central para a estruturação desse sistema em si mesmo. Assim, o gênero compôs o processo de racialização e colonização dos corpos e territórios, à medida que o discurso racialista europeu estava imbuído profundamente de ideias sobre gênero e diferença sexual – noções vindas de uma ordem social europeia que projetava a desordem americana e africana – que se tornaram bastante manifestas e concretas no contato com o outro (Morgan, 1997, p. 169).

Em *Historia do Brasil*, ainda que nas entrelinhas, as relações de gênero e as mulheres indígenas aparecem como partes estruturadoras dessa zona de contato, que pode ser definida como as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais (Pratt, 1999). Nela, os sujeitos coloniais são constituídos nas e pelas relações entre colonizadores e colonizados, nas interações e trocas no interior de relações assimétricas de poder (Machado, 2000). No início do século XX, os discursos disponíveis e empregados entre a classe de intelectuais e autores de livros de história eram aqueles provindos de expedições e experiências de viajantes, historiadores, biógrafos e naturalistas, muitos estrangeiros os quais foram usados como bibliografia na escrita da obra de Maria Paes de Barros⁵. A literatura de viagem, principalmente a partir de meados do século XVIII, apresentou-se como um espaço privilegiado para a articulação de um paradigma imperial (Pratt, 1999) marcado pelo racionalismo, pela ciência e por teorias raciais. Ou seja, esses discursos possibilitaram a construção, por oposição, de um discurso sobre alteridade e sobre o papel do ocidente no domínio e na condução das sociedades não-ocidentais (Machado, 2000). Tal condução aparece muito delineada em *Historia do Brasil* quando a incursão e o domínio europeu sobre territórios e povos indígenas são abordados por meio das relações de gênero e poder que se desenharam no contato com a centralidade da mulher indígena no processo de dominação colonial.

PODER POLÍTICO E A ATUAÇÃO PASSIONAL

A historiadora Bonnie Smith, em *Gênero e História*, aborda a metáfora do espelho para se referir à universalidade e ao rigor no fazer histórico dominado por homens no ocidente. A partir do século XIX, enquanto os historiadores supostamente se distanciavam de seus objetos para fazer uma história de profundidade, universal, as historiadoras, em uma autocompreensão exagerada e obcecada, estariam produzindo uma história superficial, “quente” e muito emocional. A autora lembra também a filósofa Mary Hesse que mostrou como o pensamento metafórico ajudou cientistas a fazerem suas descobertas, metáforas que alimentaram a formulação de novas ideias, fornecendo uma linguagem na qual eles pudessem reformular problemas ou decidir questões (Hesse, 1980, p. 111-124, *apud* Smith, 2003, p. 33). Assim, imagens de feminilidade serviram para fazer avançar a obra histórica, com a linguagem sobre o corpo e a sexualidade como elemento crucial para o estabelecimento das condições de coerência para os avanços na área. Os fatos do passado e a realidade histórica estiveram então entremeados com o sexo e o gênero (2003, p. 33).

Nos capítulos de *Historia do Brasil* sobre o contato colonial, a exploração de corpos e territórios, assim como as relações de gênero das famílias indígenas, revelam essa teia na descrição sobre o Outro, isto é, com as mulheres indígenas. Também em relação às mulheres brancas que ocupavam posições particulares de poder, como princesas e rainhas, a teia da história é tecida com

⁵Além de viajantes e observadores que escreveram suas obras nos tempos coloniais, como Jean de Léry (*Historia de uma Viagem à Terra do Brasil*), e Frei Vicente do Salvador (*Historia do Brasil*), Maria Paes de Barros usou como fonte bibliográfica os livros de Francisco Varnhagen, *Historia Geral do Brasil*, de Americo Braziliense, *Lições de Historia Patria*, de Manuel de Oliveira Lima, D. João VI no Brasil e *Formation Historique de la Nacialité Brésiliene*, entre outros. Estes últimos três autores produziram suas obras no século XIX, e as tiveram chanceladas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838 com a preocupação central de produzir a história oficial da nação.

linhas marcadas por imagens de feminilidade. Nas histórias particulares, em espécies de comentários biográficos sobre suas vidas⁶, as mulheres, em posição de poder, foram retratadas no livro de Paes de Barros, sobretudo, por meio de seus estados emocionais e características psicológicas. Se os grandes homens da história do país eram tratados por meio de uma lente moral que observava o caminho por eles aberto em direção à nação brasileira, as grandes mulheres atuavam politicamente com a bondade e a temperança. A moralidade para elas se cumpria no papel praticado junto a suas famílias e nos casamentos – de alguma forma refletida publicamente em suas atuações como representantes da coroa.

Em meados do século XVII, a rainha dona Luísa de Gusmão, esposa do rei D. João IV, governou até que seu filho, o príncipe dom Affonso, atingisse a maioridade. Ela é descrita por Paes de Barros como uma senhora de ânimo altivo e enérgico que, ao receber propostas de paz em negociação com os holandeses no final do período da ocupação holandesa no nordeste, preferiu a guerra a “uma paz vergonhosa”. Os holandeses exigiam para a paz oficial a restituição das capitâncias reconquistadas pelos portugueses, além do território de Angola e São Thomé, entre outras exigências. “Foi somente devido à sua prudência e intelligencia que a rainha, possuida de maior repulsa, poude conservar-se sempre firme, negando-se a ceder um só palmo de terra que lhe pertencia” (Barros, 1932, p. 255). Assim, são sublinhadas a inteligência e a temperança da rainha, que evitando uma tomada de ação imprudente e impulsiva visando à paz a qualquer custo, pôde resguardar a honra portuguesa em relação aos seus domínios coloniais.

A escrita da história não garantiu esse lugar de virtuosismo político a todas as princesas e rainhas. Quando o olhar para os eventos passados abordava episódios que, segundo a prática historiográfica em curso no início do século XX, significaram verdadeiros obstáculos no meio do caminho rumo ao progresso e à modernidade, as causas imediatas que explicariam tais eventos se referiam, muitas vezes, às índoies morais e inclinações pessoais de indivíduos com poder. No caso das mulheres, a personalidade “fraca”, emocional, ou então “influenciável” era apontada como razão direta de tomadas de decisões que mudaram o curso de certos acontecimentos na história do país. É o caso da rainha D. Maria I, filha do rei D. José I, que subiu ao trono depois da morte de seu pai, e que por muito tempo apareceu na historiografia e nos livros didáticos como Maria, a Louca.

Em *Historia do Brasil*, a demissão do Marquês de Pombal acontece por conta da índoie “branda e fraca” da rainha, que era “dominada pelos padres”. Paes de Barros escreveu que isso causou no país o retorno do estado anterior de fraqueza e decadênci, já que ficou dominado pelo clero que influía no ânimo da rainha bondosa, mas fraca de inteligência. Esses membros do clero tinham como objetivo a destruição das reformas implementadas por Pombal entre 1750 e 1777. A influência que sofria por parte desse grupo “a atormentavam”, e

abalaram profundamente o espírito da rainha; além disso o desgosto de perder seu filho mais velho, o predilecto D. José, ainda na flor dos anos, e logo após o esposo querido, quasi repentinamente, foram choques tremendos aos quais sua mentalidade não pôde resistir, tendo ella perdido de todo a razão (Barros, 1932, p. 403).

Trabalhos mais recentes já se debruçaram sobre a vida e a alcunha da rainha portuguesa, que sofria de depressão e teve uma piora no quadro depois da morte de seus entes queridos. Sua fervorosidade católica e popularidade junto ao povo português foram retratadas pela historiografia

⁶ Em sua dissertação de mestrado, Estefânia Wolff reflete sobre o gênero biografia ter aberto espaço para que as mulheres fossem reconhecidas e colocadas em evidência, já que não fizeram parte da escrita oficial da história. Longe dos grandes temas generalistas da história política, há na biografia um campo em que se pode falar da exceção, do específico e de temas deixados de lado nas grandes narrativas históricas (Wolf, 2019, p. 13).

e pelas obras didáticas do final do século XIX e início do XX. Sendo assim, destacou-se como sinônimo da loucura e do atraso, com a desconsideração quase total sobre a religiosidade fortemente presente no cotidiano e na vida das cidades portuguesas no final do século XVIII. A construção de figuras ridicularizadas em torno de personagens representativos do Império Português foi também um instrumento republicano no final dos oitocentos (Del Priori, 2019). Essa ridicularização, entretanto, ganhava contornos específicos de gênero. Na história de D. Maria, a religião, a defesa da aristocracia e do absolutismo (bastante comuns dentro do contexto português do século XVIII) e a depressão foram inscritos na história como loucura: era louca e, portanto, inapta para o projeto de progresso e modernidade ao qual estaria destinado o território brasileiro.

Quando afastada por conta da depressão, o filho de Maria I, D. João, subiu ao trono e atuou como príncipe regente até a morte de sua mãe. Casou-se com D. Carlota Joaquina, filha do rei da Espanha Carlos IV. Em seu livro, Maria Paes de Barros faz referência ao estigma criado por historiadores em relação à princesa, como “indigna filha dos Bourbon”. Porém, afirma também que ela não possuía nenhuma das qualidades que poderiam trazer a felicidade conjugal.

D. João soube suportar em silêncio, com toda a nobreza e dignidade, essa esposa orgulhosa, infiel, trahidora, intrigante e conspiradora – de maneiras e falar grosseiro e vulgar, que o havia já saturado de desgostos e amarguras, e por vezes criado sérios embaraços no governo (Barros, 1932, p. 428).

Teria sido seu espírito ambicioso e dominador que por pouco não trouxe derrotas e vergonhas para a família real portuguesa. Depois da captura de seu pai, o rei da Espanha, por Napoleão, o governo português enxergou a ocasião como oportuna para unir aos seus domínios as colônias espanholas. A princesa espanhola – herdeira desses territórios – “entrou com todas as aspirações da sua alma nesse plano de ambição e glória”, se vendo como “a única dominadora das possessões paternas, e, acrescentada á sua corôa ainda outra, a de rainha da América Espanhola” (Barros, 1932, p. 428). Apesar de apresentar o plano como originalmente da coroa portuguesa, Paes de Barros afirma que depois de o príncipe ter sido advertido por seu ministro inglês — que julgava mais benéfico para a Inglaterra o comércio com uma América Espanhola independente —, ele voltou atrás em seu projeto, também porque conhecia a índole de sua esposa e “temia os excessos de que seria capaz aquele espírito dominador, levado por uma ambição desenfreada e sem escrúpulos” (Barros, 1932, p. 428).

A autora escreve que o príncipe, então, preferiu esperar o desenrolar dos acontecimentos enquanto sua esposa tramava a iniciativa para a tomada das colônias espanholas com emissários na América Latina os quais faziam a intermediação com líderes políticos que não estavam contentes com o jugo napoleônico. A empreitada não foi frutífera e, ao final, o início do século XIX assistiu ao nascimento dos movimentos pela independência das colônias espanholas. A princesa é representada como uma mulher que não trazia felicidade para o âmbito conjugal, nem honra e ganhos para o universo político do marido e da coroa portuguesa. Fora de seu lugar de esposa equilibrada, não continha seus instintos ambiciosos e ousava se mover politicamente de maneira mais ou menos independente em relação a D. João e seus conselheiros. A imagem de feminilidade empregada para descrever Carlota Joaquina é a do exagero e do descontrole, da ambição desenfreada e, por isso, de feminilidade imprópria e traída.

A imagem passional envolvendo o poder político exercido por Carlota Joaquina e outras rainhas na história do Brasil – fossem mulheres que controlavam com prudência esses impulsos ou se deixavam tomar por eles completamente – mostra como funcionou a construção discursiva a respeito da feminilidade e das mulheres ao longo da história do país. No livro de Paes de Barros, mesmo quando aparecem nomeadas e têm suas histórias de vida relatadas em documentos oficiais – fato que acontece com a minoria das mulheres na História – as mulheres com poder político são representadas também por meio de um discurso que funda e legitima a diferença sexual que está inscrita nas práticas e nos fatos, e organiza a realidade e o cotidiano (Chartier, 1995, p. 43). Inclusive as práticas, os fatos, a realidade e o cotidiano, colocava a autora de *Historia do Brasil* a par dos

parâmetros de narrativa e publicação de livros didáticos, além de inserida numa sociedade em que o saber acerca da diferença sexual ordenava o mundo (Scott, 2007).

NEGRAS E BRANCAS NAS CIDADES

É no décimo capítulo de *Historia do Brasil* que Maria Paes de Barros aborda a escravidão negra no Brasil entre 1550 e 1888. O caráter guerreiro ou preguiçoso do indígena, assim como a atuação dos jesuítas, que restringia as práticas das tropas de resgate e captura nos territórios, são apontados como as causas para que os portugueses, *impelidos* pela necessidade de trabalhadores para suas lavouras, recorressem à mão de obra escravizada africana. “Mandaram vir escravos da Guiné e foram pouco a pouco introduzindo o negro commercio [...], vindo mesclar o sangue europeu e macular as páginas de nossa história [...]” (Barros, 1932, p. 66).

As populações africanas são descritas como bondosas, ignorantes, dóceis e obedientes, acostumadas a sistemas patriarcais de família. “É sem dúvida humilhante a negra história da escravidão, e de toda justiça reconhecemos o quanto somos devedores a essa raça infeliz que veio aqui sofrer o seu longo martyrio” (1932, p. 69). A autora se refere aos fazendeiros donos de terras como senhores absolutos em seus domínios, que muitas vezes encarnavam personalidades malignas com seus trabalhadores escravizados. Porém, uma ressalva é feita: não eram todas as famílias que tratavam seus escravizados com desumanidade, uma vez que eles teriam vivido a vida puramente patriarcal dos tempos “primitivos”. Não eram acorrentados, nem possuíam olhares vingativos. “Bem alimentados e vestidos, nédios e joviaes, sempre propensos ao riso, expandiam-se livremente em numerosa e viçosa prole, que representava um grande lucro para seus senhores” (1932, p. 70).

É nesse contexto de família patriarcal que trata sem crueldades os seus escravizados que Paes de Barros aborda a relação da mulher negra escravizada com as mulheres e as crianças das famílias brancas proprietárias. Pelo leite negro oferecido às crianças brancas pelas escravizadas e pelo carinho dispensado por elas, um “preito de gratidão” seria devido a essas mulheres:

A mucama de estimação, habil costureira e bordadeira, dedicada exclusivamente á senhora, penteava-lhe os cabellos, e n á noite lavava-lhe os pés. Especial menção merecem as pretas 'cozinheiras e prestimosas doceiras; até hoje têm reputação os seus afamados guizados e quitute,! Ainda mais que tudo isto, foram as pretas amas de leite por excellencia. Essas, bem como as amas secas, se revelaram de uma bondade e dedicação inex cediveis. Amavam extremosamente as crianças, com as quaes eram de paciência inexgottavel. Não neguemos um preito de gratidão reconhecida a esse leite africano que bebemos amplamente e a esses braços que tão carinhosos nos embalaram na infancia (Barros, 1932, p. 71).

As mulheres negras são descritas em termos da “contribuição” para a sociedade brasileira que se formou durante os tempos coloniais e no Império, e são centrais para o processo de elevação da raça descrito pela autora, possibilitado pela mestiçagem e pelo contato com a civilização, que se deu por meio de encontros sexuais (marcados pela violência) entre mulheres negras e homens brancos, todavia, não abordado em *Historia do Brasil*. “Ainda que em condição servil, não deixou a raça negra de exercer alguma influência sobre a branca” (p.71). Hábitos e palavras de origens africanas são as contribuições nomeadas, e os mulatos, por conta do processo de miscigenação e embranquecimento, teriam, segundo ela, mentalidades superiores à população puramente negra.

No final do século XIX e início do XX, a maioria das obras didáticas abordava a presença negra no Brasil por meio de citações de raros episódios, sem a menção direta à escravidão africana. As relações do Brasil com a África por meio da escravidão precisaram esperar décadas para serem retomadas nos manuais didáticos (Fernandes, 2018, p.161). Houve exceções, como João Ribeiro, em *Historia do Brasil* para o Ensino Superior, na quinta edição de 1914, que tratou diretamente a questão da escravidão, e Maria Paes de Barros, alguns anos depois, com o seu livro que aqui

analisamos. A autora, porém, mesmo retomando a escravidão e sua relação direta com a estrutura econômica (a lavoura e a necessidade *imperiosa* de braços para trabalhá-la) do país por mais de trezentos anos, adotou uma lente pela qual as populações africanas e seus descendentes são trazidos à tona não por sua história, mas sim pelas contribuições pontuais que trouxeram à nação brasileira e à formação do povo brasileiro, em suas relações com a raça branca mais civilizada. A partir da década de 1940, sobretudo, que o viés das “contribuições” e da “formação étnica” do país, elencando os “elementos” branco, negro e índio da população, insere-se nas obras didáticas registrando mudanças no modo de apresentar os povos indígenas e africanos.

Se décadas anteriores eles estavam à margem da história, sendo o orgulho histórico a atuação dos europeus, agora apareciam nesse outro contexto como úteis e dando sua contribuição ao desenvolvimento da nação. Ainda não emergiam como protagonistas. Mas, alguns de seus elementos culturais eram eleitos como heranças a serem valorizadas (Fernandes, 2018, p. 164).

Maria Paes de Barros tem uma abordagem que conversa com esse viés, mas se refere especialmente à mulher negra escravizada, comentando sua atuação na vida doméstica e na reprodução social. A bondade da escravizada que trabalhava dentro de casa é exaltada, e seu papel na criação das crianças brancas é sublinhado, até mesmo resgatado com carinho e gratidão, inserido dentro de uma ótica humanitária-paternalista⁷.

A autora, rememorando seus anos de infância e juventude, descreveu em *No tempo de dantes*, seu livro de memórias publicado alguns anos depois de *Historia do Brasil*, episódios que deixam entrever como a autoridade feminina da patroa branca (sua mãe) se forjava em relação ao trabalho doméstico realizado por mulheres escravizadas (Rabahie, 2023, p. 183). Quando chegava às fazendas de seu marido, dona Felicíssima ia diretamente encontrar com a esposa do administrador para se informar sobre a saúde dos escravizados. A “preta enfermeira” era figura de referência na cura dos doentes, a quem respondia à senhora branca sobre a saúde das crianças, grávidas e doentes. No contexto escravista brasileiro, a divisão de trabalho por gênero delegou às mulheres escravizadas funções domésticas que, nas casas mais abastadas, implicaram um cotidiano de maior vigilância (Telles, 2019, p. 56), mesmo que tradicionalmente essas funções tenham sido narradas pela historiografia e por manuais didáticos como mais brandas, se comparadas a outros trabalhos realizados sob a escravidão.

A vida cotidiana das mulheres negras e brancas nas cidades em desenvolvimento aparece em *Historia do Brasil* quando a autora reconstitui algumas localidades na época da vinda da família real portuguesa ao país, em 1808. No Rio de Janeiro, a população de rua “compunha-se em grande parte de negros mal vestido de algodão grosseiro, e descalços” (1932, p. 418), enquanto a gente mais abastada andava de carruagem, e as senhoras de cadeirinha. Paes de Barros descreve a vida dessas mulheres de elite como ociosas e indolentes, pois ficavam deitadas o dia todo, ocupando-se apenas de rendas e bordados, “sendo que numerosas escravas faziam todo o serviço” (1932, p. 418).

Quasi não sahiam de casa e mesmo as das famílias mais ricas na sua vida privada não cuidavam de vestuário: despenteadas, de mangas arregaçadas, de tamancos sem meias, viam-se as senhoras sentadas no chão, ou numa esteira, fiando ou costurando, rodeadas de mucamas e crianças turbulentas e de homens cantando modinhas ou jogando gamão.

⁷ Segundo Maria Helena Pereira Machado (2010), no final do século XIX o movimento abolicionista e sua face humanitária-paternalista trabalhavam com novas noções acerca do tratamento que deveria ser dispensado às pessoas escravizadas, mais “humano”. No processo de emancipação e no pós-abolição, a retórica humanitária-paternalista encontrou ecos nas instituições filantrópicas voltadas às mulheres pobres e a seus filhos.

[...] As negras usavam na rua camisa de cambraia bordada, o collo carregado de correntes de ouro massiço, turbante na cabeça e saia de algodão de ramagens vistosas. Pode-se dizer que no norte o quasi exclusivo móvel da casa era a rede, que servia de leito de noite e de sofá durante o dia. No sul era a esteira, sobre a qual se dormia; essa estendia-se na sala de jantar e sobre ella serviam-se as refeições, sentando-se todos no chão, em volta. Em poucas casas comia-se á mesa (Barros, 1932, p. 418).

No final dos oitocentos e início do século XX, a vida cotidiana e a sociabilidade entre mulheres não costumavam aparecer nas obras históricas e didáticas sobre o Brasil. Entretanto, são temas dignos de nota para Paes de Barros, que ciente dos paradigmas e programas escolares escreveu um livro com ênfase na ideia de “evolução”. A partir de 1931, com a reforma do ensino secundário, sob a responsabilidade de Francisco de Campos, o ensino de história passou a ser oficialmente identificado com “História da Civilização”. Nas listas dos temas propostos oficialmente, havia a recomendação de estudos dos grandes vultos, desbravadores, libertários, caudilhos e heróis (Fernandes, 2018, p. 166). *Historia do Brasil* segue essas recomendações, mas amplia os sujeitos que aparecem nos episódios e tempos que compuseram o caminho, segundo sua leitura, rumo à civilização e à modernidade. Mesmo sem protagonismo, essas mulheres que aparecem na história de Paes de Barros compõem outros cenários, não os das grandes batalhas e conquistas políticas, mas aqueles da vida nas cidades e das relações raciais e de gênero que se transformavam, segundo ela, no ritmo dos movimentos políticos da coroa portuguesa e de homens notáveis. Com a chegada da família imperial, mudavam-se os hábitos e os costumes:

[...] por iniciativa de D. Rodrigo, sempre incansável, foi criado um Banco emissor no Rio de Janeiro com o capital de 1.200:000\$000 e formaram-se logo filiais nas maiores cidades. Grande foi a obra do ministro de D. João. O Brasil terá sempre uma divida de gratidão por tantos serviços prestados ao país; pena é que figura tão eminente desaparecesse tão cedo, pois faleceu em 1812, com 56 anos apenas! Também à Capela Real concedeu o Príncipe várias regalias: elevou a monsenhores cinco dignitários do cabido da Sé, com um arcipreste; animou a formação de várias irmandades e introduziu mais pompa e luxo nas exterioridades do culto. Começou-se logo a sentir a influência de todos esses melhoramentos na cidade, que se aformoseava; os hábitos e costumes suavizavam-se. Um dos primeiros decretos do Príncipe foi abolir as rotulas de madeiras das janellas, que foram substituídas por vidraças; entrava pois a luz nas casas, e com elle a alegria e o gosto. Já não viviam as senhoras tão reclusas: sahiam mais frequentemente a assistir às festas da Igreja, realçadas pela presença da corte (Barros, 1932, p. 425).

Ao escrever sobre as historiadoras “amadoras” do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, a historiadora Bonnie Smith relembrava da sugestão da teórica Julia Kristeva em seu estudo sobre migrantes, estrangeiros e forasteiros. Assim, denota que por serem forasteiros, precisam integrar-se da cultura e compreender os fatos da vida social para sobreviver. Quem não tinha direitos políticos tinha de enfrentar a comunidade cultural (Kristeva, 1991, *apud* Smith, 2003, p. 135).

No contexto brasileiro das primeiras décadas do século XX, Maria Paes de Barros era uma estrangeira no mundo da escrita da história, ao menos nos termos hegemônicos em relação ao gênero de quem eram os autores desses livros. Ela escreveu aos estudantes do país sobre aspectos da vida nas cidades, muito entrelaçados com sua própria vivência e tempo histórico – afinal, ela nasceu e viveu ao longo da metade dos oitocentos, na cidade de São Paulo e em fazendas com mão de obra escrava. As mulheres, seus costumes, modos de vida, vestimentas e funções aparecem nesses relatos como componentes desses cenários: as negras escravizadas e sua centralidade para a reprodução social, e também as mulheres brancas, aparecem em relação umas com as outras e como sujeitos que faziam parte da “História da Civilização” a ser ensinada nas escolas no início do

século. Ainda que figurantes, componentes de cenas em que os protagonistas eram os homens com verdadeiro poder de ação, eram sujeitos presentes nessa história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Melo [2020] e Teixeira [2010] os livros escolares de autoria feminina também têm sido comumente negligenciados pela história da educação; são escassos os estudos que se ocuparam em levantar e analisar obras didáticas e compêndios produzidos por mulheres no século XIX e primeiras décadas do século XX – quando as tipografias brasileiras começaram a azeitar o mercado editorial com estes lucrativos materiais. Sabemos muito pouco sobre as autoras de obras didáticas no contexto de uma temporalidade oitocentista, situadas em um Brasil monárquico, abrangendo até os primeiros tempos da República. De que forma as mulheres conseguiram se inserir em um mercado quase exclusivamente masculino? Quais estratégias foram adotadas para disputar tais protagonismos no campo da instrução? De que modo se dava a passagem da professora primária para a autora de manuais didáticos? Sob essa ótica, o mercado dos saberes escolares também pode ser interpretado como um significativo e revelador termômetro de gênero (Melo, 2020, p.167).

O termômetro de gênero citado acima pode ser estendido para o campo das representações, para além da autoria nas obras didáticas. A historiografia há décadas vem debruçando-se sobre autoras mulheres, além de como e quando elas aparecem nos livros didáticos e a maneira que estão sendo abordadas. Mas quais são as diferenças, nessas representações em obras didáticas de autoria feminina, em relação aos termos de gêneros colocados por autores homens em suas obras? Esse artigo trouxe à tona algumas reflexões nesse sentido.

Os elementos que compõem tais reflexões são múltiplos e complexos, e não podem ser reduzidos às relações de causa e consequência mecânicas, ou seja, não é possível cravar que autorias femininas de livros didáticos se refletem necessária e diretamente em representações que levam mais em conta as mulheres como sujeitos históricos. O livro de Paes de Barros, no entanto, traz informações sobre a vida familiar, as relações de gênero e a vida cotidiana na história do país, colocando as mulheres, para além de rainhas, como sujeitos históricos na história do Brasil. Nesse sentido, se destaca da maioria das obras didáticas publicadas nas primeiras décadas do século XX, muito focadas na construção teleológica e progressiva da nação civilizada por meio dos feitos de homens públicos e exemplares.

Os aspectos salientados emergem os sujeitos femininos por meio de diferentes leituras feitas pela autora dependendo do contexto, tempo e etnia dos quais faziam parte esses sujeitos: a representação da família indígena como família patriarcal, mas com importância dada às mulheres indígenas; a colonização de territórios possibilitada pela colonização de corpos femininos; a atuação política e a feminilidade passional exercida por mulheres europeias com poder; e as mulheres negras escravizadas como importantes elementos da reprodução social no tempo do Império. Destarte, este artigo procurou contribuir para as reflexões sobre as imagens e representações de gênero em obras didáticas no contexto da virada do século XIX para o XX, e sobre os significados da autoria feminina para a representação das mulheres nessas obras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. R. C.. **Os índios na História do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

- BARROS. **História do Brasil**. São Paulo: Livraria Liberdade, 1932.
- BARROS. **No tempo de dantes**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, p.193-221, set. 1992-ago. 1993.
- BITTENCOURT. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.3, set./dez. 2004.
- BITTENCOURT. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos avançados** 32 (93), 2018.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos pagu** (4) 1995: pp. 37-47.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, 1990.
- CHOPPIN, A.; BASTOS, T. M. H. C. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, v. 6, n. 11, 2012.
- DEL PRIORE, Mary. **D. Maria I**: as perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como “a louca”. São Paulo: Benvirá, 2019.
- FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Ensino de História e seus Conteúdos. Ensino de Humanidades. **Estud. Av.** 32 (93), Maio-Agosto 2018.
- MACHADO, Maria Helen P. T.. PRATT, Mary Louise. Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, 2000, p. 281-289.
- MACHADO. Memorial para Concurso de Titular, 2010. Disponível em https://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2017-11/Maria_Helena_Machado.pdf. Acesso em: 5 de abril de 2023.
- MELO, Jeane Carla T. **Entre o magistério feminino oitocentista e a escrita da história na escola primária**: A trajetória letrada da mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880). Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa e PENNA, Fernando de Araujo. **Ensino de História: saberes em lugar de fronteira**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 2011.
- MORGAN, Jennifer. Someone should suckle over their shoulder. **The William and Mary Quarterly**, Vol. 54, No. 1 (Jan., 1997), pp. 167-192.
- PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Edusc, 1999.
- RABAHIE, Júlia de M. **O parto no pós-abolição em São Paulo (1894-1925)**: ser mãe em disputa – Experiências e representações sobre o parto na capital paulista da virada do século. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. *In: DEL PRIORE, M. (org.). História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2015.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** utopia da cidade disciplinar, *Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1985.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 20(2): p.70-99, jul/dez., 1995.

SCOTT, Joan. Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11-27, 1 jan. 2007.

SMITH, Bonnie. **Gênero e História:** Homens, Mulheres e a prática historiográfica. Bauru: Edusc, 2003.

TEIXEIRA, Gisele B. As mulheres e a escrita de livros escolares no século XIX. Niterói, v. 11, n. 1, p. 81-96, 2. sem. 2010.

TEIXEIRA, G. B. e SCHUELER, Alexandra F. Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 20, p. 137-164, maio/ago. 2009.

TELLES, Lorena Feres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas:** maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). 2019. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, S.P, 2019.

WOLFF, S. M. **Merecedoras das páginas da história:** narrativas biográficas na construção do gênero feminino no Brasil do oitocentos. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

Recebido em: 09 de julho de 2024

Aprovado em: 10 de abril de 2025